



Em 2023, as áreas de milho deverão ser iguais às de 2022 e, até agora, «o ano tem sido favorável em termos de produtividades», diz o presidente da Direcção da Associação Nacional dos Produtores de Milho e Sorgo (Anpromis). Jorge Neves fala da campanha, do mercado, dos problemas nas medidas agroambientais e da necessidade de trabalhar na reprogramação do PEPAC e de reflectir sobre o ordenamento cultural, entre outros tópicos.

Carlos Afonso

As mais recentes “Previsões Agrícolas” do Instituto Nacional de Estatística estimam que a área de milho para grão de regadio deverá manter-se face a 2022. O que perspectiva para esta campanha?

Ainda bem que o INE tem informações mais privilegiadas do que nós, porque, por esta altura do ano, em anos anteriores, já tínhamos as candidaturas anuais encerradas, o IFAP já tinha coligido os dados e já sabíamos o que é que seriam as áreas para este ano. Infelizmente, está instalado o caos nas inscrições anuais. O prazo já foi sucessivamente prorrogado e, neste momento, vai até ao fim de Julho. Portanto, não sei se antes das colheitas vamos ter informação do IFAP de quais são as áreas de milho. Temo que não as venhamos a ter. De qualquer forma, somos também da opinião do INE, por vários factores – porque este ano há disponibilidade de água em zonas de regadios públicos e privados onde em 2022 havia

restrições muitíssimo maiores; por outro lado, pese embora os preços de mercado tenham baixado relativamente ao ano passado, pelo lado dos custos também houve alguma redução... portanto, isso não é um desincentivo à cultura. Ou seja, acreditamos que as áreas vão praticamente manter-se. Agora, há aqui uma tendência de fundo sobre a qual é importante Portugal e o Estado português reflectirem: a influência que as culturas permanentes estão a ter no ordenamento cultural do País. Isso está a afectar transversalmente as culturas anuais, um pouco em cada uma delas, e o milho, como cultura de maior expressão em Portugal, também está a ser afectado pelo crescimento das culturas permanentes. Em Portugal, essa reflexão tarda em fazer-se. O que é que o País pretende em termos de ordenamento cultural e de soberania alimentar, em face daquilo que tem sido a instabilidade crescente nos mercados e nas cadeias de abastecimento a nível mundial?

Isso significa que gostariam que houvesse alguma limitação ao crescimento de determinadas culturas permanentes?

Estamos numa economia e num mercado perfeitamente abertos. Portanto, isto não pode ir lá por proibições. Tem que ir lá por incentivos. E essa é que é a questão. Se Portugal entende que culturas anuais como o milho, como os cereais, são importantes em termos de algum grau de autossuficiência, então temos que criar incentivos para que essas culturas existam. Não podemos ir lá directamente a dizer que é proibido instalar outras culturas. Não faz sentido, face às regras de mercado a que estamos sujeitos. Podemos ir lá por uma discriminação positiva das culturas que nos interessam. Por outro lado, tem que haver alguma preocupação de ordenamento de culturas em Portugal, porque existe ordenamento em muitas outras circunstâncias. E isso, só por si, não se trata de uma limitação de mercado. Por exemplo, existem regras para que uma determinada indústria não se instale num sítio qualquer. No ordenamento da construção de habitações, há planos directores municipais. Não é dizer a uma pessoa: você está proibido de construir um prédio de três andares. É dizer-lhe: pode construir um prédio de três andares, mas só pode construir aqui, ali e acolá. Em termos agrícolas, devia haver alguma reflexão próxima disto.

Na campanha, quais são as perspectivas, em termos de volume e de qualidade?

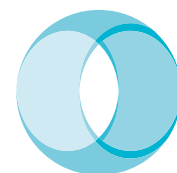
Neste momento, e consultados um conjunto de produtores agrícolas de milho de referência, a nossa perspectiva é que o ano tem sido favorável em termos de produtividades. Não podemos com isto dizer que está garantida uma produtividade boa em Setembro. Até agora, as condições são favoráveis. Portanto, acreditamos que as produtividades sejam, no mínimo, superiores às do ano passado, que foi menos favorável em termos de produção, porque houve ondas de calor em plena época de floração – e o calor na floração é crítico para as produtividades –, coisa que não está a acontecer este ano. Com os dados que temos neste momento, prevemos que possa ser um ano com produtividades interessantes. Se as áreas forem idênticas às de 2022, teremos uma produção global igual ou superior à do último ano.

O calendário de colheita será igual ao dos outros anos?

À partida, há um avanço provável, talvez de 15 dias a três semanas. Vamos ver como é que vai decorrer o resto da segunda quinzena de Julho e a primeira quinzena de Agosto. Mas é muito provável que se comecem as colheitas ainda durante Agosto, no fim de Agosto – o que é sinal de um adiantamento de 15 dias a três semanas.

Os apoios que foram anunciados tiveram impacto?

Há um apoio que para nós é muito significativo e que foi uma



HIDROSOPH

Criamos Valor +

www.hidrosoph.com



Évora

Rua Hermes da Fonseca
Vermelho, 43A . 7005-401
Évora . Portugal

T. +351 266 741 253

Lisboa

Av. Jacques Delors
Ed. Núcleo Central – Piso 3
Sala 382 TagusPark . 2740-122
Porto Salvo . Portugal
T. +351 211 930 202

Madrid

Paseo de las Delicias, 30
2ª Planta 28045 Madrid
Espanña

T. +351 211 930 202

vitória nossa e dos nossos congéneres das culturas dos cereais praganos e do arroz: a ajuda ligada. Mas isso tem a ver com a perda, que neste momento é garantida, de rendimento via pagamento base. O pagamento base, por via da convergência, vai reduzir e são bastante afectados os sectores do milho e dos cereais de praga. Portanto, sensibilizámos a administração e o Ministério da Agricultura no sentido de instituir uma ajuda ligada para mitigar um pouco esta quebra muitíssimo elevada do pagamento base. Essa ajuda está instituída, entra em vigor este ano. Vamos esperar que ajude, de alguma forma, nesta circunstância. E vamos, evidentemente, ter de perspectivar como é que vai ter que evoluir esta ajuda até ao final do quadro comunitário, sabendo que no fim do quadro comunitário temos a convergência completa. A opção do Estado português, contra a nossa opinião, foi de uma convergência a 100%. Isto quer dizer que quem não recebia nada passa a receber 80 e qualquer coisa euros por hectare e quem tinha valores de pagamento base acima dos 80 e qualquer coisa euros vai ter de convergir para esse montante. É uma quebra de rendimento muitíssimo elevada. Mais preocupante para nós é o que está a acontecer com as medidas agroambientais deste quadro comunitário: pelos montantes unitários e, depois, pela conjugação de várias medidas, o valor está a ser francamente inferior ao do quadro comunitário anterior, o que está a levar a que algumas destas medidas não sejam interessantes para os agricultores e estes não estejam a aderir a elas. Nos quadros anteriores, as medidas agroambientais eram uma forma de, de alguma maneira, compensarem a perda de rendimento dos agricultores. Neste momento, elas não estão a exercer esse papel. Quando têm uma compensação justa, os agricultores aderem. Vou dar um exemplo: a medida do uso eficiente da água, que foi uma conquista ex-

traordinária para Portugal no quadro comunitário anterior, está a ter uma adesão pífia, porque não é atractiva para os agricultores. Em conjugação com as medidas da Produção Integrada, tem uma penalização muito maior, quando não a tinha, e depois, quer as exigências da medida quer os valores pagos, estão a ser muito menos atractivos para os agricultores. Na avaliação intercalar que foi feita no princípio de Julho – embora as inscrições estejam atrasadas –, esta medida tinha uma adesão para aí de 8% comparativamente com aquilo que foram os objectivos definidos para o PEPAC. Isto é o falhanço total. E com isto, garantidamente, o rendimento dos agricultores vai ficar afectado. Porque os valores ficam bastante aquém das expectativas que os agricultores tinham relativamente aos montantes de ajudas deste quadro comunitário.

Referiu que houve alguma redução de custos. Em relação ao ano passado, é significativo?

Alguns factores baixaram. Os fertilizantes têm vindo a baixar. A energia tem vindo a baixar e daí os fertilizantes também terem baixado, porque a componente energética é muito grande nos fertilizantes. Em contrapartida, os fitofármacos aumentaram, o preço da semente aumentou... O peso maior é dos fertilizantes e da energia, mas há aqui um contraciclo dos restantes produtos. No ano passado, o preço pago aos produtores de semente teve que ser necessariamente mais elevado, para compensar o preço do milho convencional, e o preço mais elevado da semente reflecte-se este ano – a semente anda um bocado em contraciclo relativamente à evolução do preço do milho convencional, porque é sempre produzida na época anterior. De qualquer forma, no cômputo geral, as coisas estão mais ou menos equilibradas. Vamos ver agora onde é que o preço se vai situar em função desta nova



crise. O preço baixou, mas os custos, felizmente, também baixaram. Portanto, as margens poderão não ser tão penalizadas quanto esperaríamos inicialmente. Não podemos esquecer que, apesar de tudo aquilo que se fala relativamente aos preços praticados na campanha anterior, a avaliação que o INE fez do ano agrícola de 22 foi de que os agricultores perderam rendimento e, salvo erro, aponta para uma redução de 12,5% no rendimento dos agricultores. Isto é importante até para a discussão à volta dos preços dos produtos agrícolas, em que, no meio disto tudo, o agricultor continua a não ganhar dinheiro – e o INE é uma entidade idónea para o afirmar. Numa avaliação global da cadeia de valor dos produtos agrícolas, percebe-se que não foi o agricultor o responsável pelo aumento dos preços e ainda menos responsável por ter uma margem para o seu negócio – que não a teve.

Em relação ao mercado, já referiu que o preço começou a baixar. Temos também a suspensão do acordo de exportação de cereais da Ucrânia e os impactos que o clima está a ter noutros países. Acreditam que poderá haver condições para o preço vir a subir?

Isso é daquelas respostas que vale um milhão. Gostaria de dizer que o preço deveria estar mais alto. O que é que sabemos neste momento? Portugal é altamente dependente de importações. No caso do milho, importamos 75% das nossas necessidades. Este ano, para a produção nacional, pode ter al-

gumas variantes que possam influenciar o mercado. Não direi que influenciem muitíssimo o preço, mas podem influenciar algumas expectativas que possam existir neste momento. O mercado espanhol é extremamente activo, porque Espanha é uma grande potência de produção de carne e, neste momento, é um dos maiores importadores de cereais na Europa. Espanha está a passar uma fase terrível de escassez de água e de condições climáticas completamente adversas para a produção de cereais. A produção de cereais de Inverno foi um verdadeiro desastre. A produção de milho vai ser, mais uma vez, inferior à do ano anterior. Isto tem sido consecutivo, porque as principais regiões de produção de milho em regadio em Espanha – Aragão, Catalunha, Andaluzia, Extremadura – não tiveram água para produzir milho. A redução da área de milho é drástica e é muito expectável que Portugal sofra essa pressão por parte da procura de Espanha. A concorrência é salutar e é sempre interessante haver esta procura por milho nacional. Outro factor que poderá tornar as coisas, digamos, mais interessantes, é que – devido à seca que existiu em Espanha e no resto da Europa – há uma procura muito grande de alimentação para produção de gado extensivo e de gado intensivo. A procura por silagem, este ano, está muitíssimo activa. Sabemos que, em determinadas regiões, uma parte significativa da produção de milho já está comprometida para silagem. Isto vai levar a um desvio de milho da produção de grão para produção de silagem. Portanto, é mais um

borrego leonor & irmão, S.A.

Tudo para a Agricultura

ADUBOS • AGROQUÍMICOS • SEMENTES • NUTRIÇÃO VEGETAL • MATERIAL DE REGA



Sede

Rua de Santarém 33-35,
Almeirim

Tf. 243 570 841

(Chamada para rede fixa Nacional)

borrego@borregoleonor.com.pt

Armazém

Zona Industrial Almeirim, Lt. 34

Tf. 243 570 800

(Chamada para rede fixa Nacional)

geral@borregoleonor.com.pt

Filial

Estrada Nacional 118, Km48,
Salvaterra de Magos

Tf. 263 508 081

(Chamada para rede fixa Nacional)

borrego.leonor.salvaterra@gmail.com

DISTRIBUIDOR



elemento a pressionar a procura e, evidentemente, tudo isto pode ter alguma influência sobre a formação dos preços, porque há diferentes actores a concorrer pelo mesmo produto.

Quanto aos problemas que apontou em relação aos apoios, têm feito chegar esse descontentamento à tutela? Poderá haver alguma alteração ou isso só será possível no fim do quadro comunitário?

No fim, não. Existem mecanismos para reprogramação do quadro e esses mecanismos estão a ser desenvolvidos neste momento, tanto quanto sabemos. No Dia de Campo organizado pelo InovMilho no ano passado, em Setembro, chamámos a atenção da senhora ministra para a necessidade de começar de imediato a olhar para a reprogramação do PEPAC, porque tínhamos percebido que as medidas tinham ficado bastante aquém das nossas expectativas. Este PEPAC não foi ambicioso. Antes pelo contrário: foi um PEPAC preguiçoso, por não haver o mínimo de capacidade de inovação relativamente às medidas que existiam. Isto é um *copy paste* mal feito e pouco nítido relativamente ao que vinha do passado. Naquela altura, chamámos a atenção para a necessidade de se começar a olhar para a reprogramação do PEPAC, para, chegados a este momento, que é a altura certa para o fazer,



já termos ideias. A sugestão não foi devidamente pensada. Até pelo contrário: foi uma sugestão rejeitada na altura. E temos que, neste momento, o tempo para discussão sobre que medidas deverão ser revistas seja curto e que venhamos a ter mais do mesmo em Setembro, que é o calendário previsto para a reprogramação. Nós somos optimistas. Esperamos que haja bom senso e que se perceba de uma vez que isto não está a funcionar e que haja condições de termos o PEPAC a funcionar a sério. Porque senão acontece aquilo que estamos mesmo a ver: há dinheiro que vai ser devolvido a Bruxelas ou então vai ser gasto de qualquer maneira – que é uma opção que normalmente os governos, em situação de desespero, utilizam para dizer que os fundos não são devolvidos.

Relativamente à Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais, da parte do sector, grande parte das medidas estarão implementadas, e, da parte do Governo/Estado, há medidas que falta avançarem. Há algum avanço nesta vertente?

Grande parte das medidas deveriam estar consignadas no PEPAC. A ajuda ligada está. As agroambientais, que poderiam mitigar um bocadinho, têm sido um *flop*. E depois esbarramos na burocracia do Estado, por exemplo nos licenciamentos das estruturas de regadio, mas também nouro tipo de licenciamentos. Deveríamos ter um regime de simplificação, para que os agricultores não se desincentivem de prosseguir a sua actividade. É esse lado que continua por concretizar: a burocracia continua. Vou dar um pequeno exemplo. No InovMilho, precisávamos de licenciar 100 metros quadrados para um parque fotovoltaico para autoconsumo desta instalação. O licenciamento foi recusado porque, pelos cálculos feitos pela entidade licenciadora, teríamos uma produção superior ao que vamos consumir. Já encontramos solução: vamos instalar os painéis em cima de telhados. De alguma maneira, até é a situação correcta, embora a área em vista não seja usada para fins agrícolas. Mas isto só mostra o carinho que as entidades têm para com as coisas, quando, por outro lado, vemos centenas e centenas de hectares de terrenos com aptidão agrícola e florestal a serem perfeitamente inutilizados para a instalação de megaparques fotovoltaicos, quando este país tem terrenos sem aptidão absolutamente nenhuma onde os parques podiam ser instalados. Mas pronto, está a ver a dualidade de critérios que existe neste país. É este tipo de exemplos que nos leva a pedir agilização e simplificação de processos. Porque as barreiras são tantas, os problemas são tantos, que o apelo das culturas permanentes, por exemplo, ou até da instalação de painéis fotovoltaicos, se torna mais forte para um agricultor, que assim entrega a sua exploração para outros fins.

Com este conjunto de factores, os objectivos de aumento de produção, com prazos, definidos na Estratégia, estão dificultados.

Face à evolução na principal região de regadio em Portugal,

que é o Alqueva, as nossas expectativas de há 10, 12 anos não se concretizaram. Expectativas de todos: dos agricultores, da EDIA... Todos os estudos de ordenamento cultural e de aptidão cultural para o Alqueva apontavam para que fosse o grande celeiro de milho de Portugal. Não aconteceu, porque entretanto o apelo das culturas permanentes falou mais alto. E hoje a realidade do Alqueva não tem nada a ver com o que se projectava. As áreas de milho continuam a existir, mas não progrediram à taxa que todos esperaríamos. Mais uma vez, voltamos ao princípio. O que é que o Estado português, o que é que nós, portugueses, representados pelos nossos governantes, entendemos quanto à necessidade de Portugal ter alguma autossuficiência? Recentemente, um responsável na área da água em Portugal, disse que "não temos necessidade de estar a produzir em Portugal; vamos comprar onde houver". Ora, Portugal não é rico para ter dinheiro para ir comprar. Portugal tem que criar valor acrescentado. Somos uma economia pobre. É uma economia que não cresce. Como é que temos dinheiro para ir comprar tudo e nos darmos ao luxo de deixar de produzir? Ficamos todos sentados no portão de casa à espera que passem os turistas, para nos darem uma esmola? Mas há, ainda hoje, pessoas com responsabilidade política neste país a fazer este tipo de afirmações. Isto não é admissível, de forma nenhuma. Quando deixam estas pessoas, que têm posições de peso, continuar a falar, é sinal de que não existe o mínimo de doutrina para aquilo que se pretende. E isso é muitíssimo preocupante.

Fala-se da Interprofissional dos Cereais há alguns anos. Acredita que possa avançar em breve? Ou aquilo que a impede não é sanável?

Acredito. Somos optimistas por natureza. Temos feito um trabalho muito sério e muito intenso de sensibilização dos diferentes actores desta fileira para a necessidade de uma interprofissional. Portugal não tem uma grande cultura de diálogo entre os intervenientes das fileiras. Mas existem casos de sucesso em Portugal. Neste momento, apesar deste marcar passo, estamos a dar passos significativos e penso que muito em breve vamos ter novidades. Prova-se bem a importância de haver este tipo de plataformas para se ter onde seja possível fazer as discussões sobre a distribuição do valor ao longo da cadeia. Desde o início do ano, houve uma discussão estéril a propósito do preço dos produtos agrícolas nos supermercados e qual é o valor para o produtor e qual é o valor no supermercado, em que não se chegou a lado nenhum, apesar da criação do Observatório de Preços por parte da senhora ministra. Já existia um observatório, que era a PARCA, que foi criada no tempo da ministra Cristas, mas não interessava saber que já havia essa plataforma. Era preciso era criar qualquer coisa nova, para ficar tudo na mesma, porque não se chegou a conclusão absolutamente nenhuma sobre a repartição do valor ao longo da cadeia. Uma interprofissional serve exactamente para se poder fazer a discussão sobre a repartição do valor ao longo da



plastdiversity



SemPul

PRODUTO COM AÇÃO FÍSICA SOBRE UM LARGO ESPECTRO DE INSETOS QUE SE ALIMENTAM DE PLANTAS



Tem ação sobre:

- afídios
- ácaros
- cochonilha
- moscas branca
- psilídeo

www.plastdiversity.com

EMAIL: geral@plastdiversity.com

TEL.: 963 992 823*



*chamada para a rede móvel nacional.

cadeia. Essa plataforma de diálogo é importante, porque é aí que se ajustam e se dirimem estas questões, que é natural que existam, entre produção, transformação e consumo. Evidentemente, cada uma das partes tende a puxar para si a maior fatia. É natural e perfeitamente lógico que assim seja. A discussão no seio de uma interprofissional serve, muitas vezes, para atingir equilíbrios e para se perceber exactamente – porque se trabalha num regime de *open book* – onde é que há valor, onde é que não há e qual é o elo da cadeia que precisa de ser mais compensado para que tudo isto seja sustentável. Por exemplo, porque é que importa que a recta final fique com a margem toda e que a produção fique sem margem nenhuma? É para levar a produção à ruína? E depois, vamos comprar os produtos onde? Tem que haver equilíbrio e bom senso e a interprofissional serve exactamente para isso. Funciona noutros países: em Espanha, em França. Porque é que não funciona em Portugal?

Apresentaram recentemente uma estimativa dos estragos causados em 2022 por javalis nas searas de milho dos associados em Portugal: cerca de oito milhões de euros. Há soluções em vista?

O papel da Anpromis nisto tudo é o papel do prejudicado que percebe que está a ter elevados prejuízos. Até há pouco tempo, nada ou quase nada se sabia relativamente ao crescimento populacional dos javalis. Todos sabíamos que existiam cá cada vez mais javalis, mas não havia uma quantificação. A Universidade de Aveiro fez um estudo, publicado agora em Maio, que finalmente apresenta uma estimativa da população de javalis em Portugal: entre 300.000 e 400.000. Perante este estudo, o secretário de Estado das Florestas, que é quem tutela o ICNF, já fez umas declarações no sentido de que é preciso reduzir à volta de 30% esta população. Portanto, finalmente temos números. Agora temos de passar à acção, relativamente a como fazer isto. Nesse sentido, pedimos uma reunião ao ICNF, para o sensibilizar no sentido de juntar todos os intervenientes para discutirem o problema. E insistimos para que a reunião se efectuasse o mais rápido possível – vai ser concretizada até ao fim deste mês. Necessariamente, terá de incluir as confederações dos agricultores, as associações de caçadores, o próprio ICNF (quem tutela a situação), para se encontrar, de uma vez por todas, um plano de acção para isto. Passará, quase de certeza, por desburocratizar e simplificar muitos dos processos de licenciamento da caça ao javali, para que se cumpra o objectivo. Não estou a ver como é que se reduz uma população em 30% se não for através da caça. Terá de haver aqui uma conjugação de interesses, percebendo que só através da caça é que se consegue reduzir a população e que se deve facilitar a vida a quem tem de o fazer. Porque senão o problema vai continuar. Os prejuízos foram avaliados na produção de milho. E as outras culturas todas? As hortícolas, onde existe regadio e onde os javalis destroem tudo à passagem? Os prejuízos são muitíssimo maiores do que aqueles que indicámos. E há prejuízos também no próprio ecossistema, e

pouco se fala. Por exemplo, os javalis dizimam as populações de aves selvagens que nidificam no solo. Isto tem impacto em todo o ecossistema, porque neste momento existe um desequilíbrio gravíssimo entre espécies. Pode aparecer um PAN a dizer “coitadinhos dos javalis”, mas o que é certo é que os javalis dizimam outras espécies e desta parte ninguém fala. O que queremos é que exista um equilíbrio. Não queremos dizimar os javalis. Queremos é que a população de javalis seja controlada, a bem da espécie humana e a bem das espécies animais que coabitam com os javalis.

Há pouco tempo, a Anpromis apelou aos produtores para fazerem seguros, referindo que o peso na conta de cultura era reduzido. Como é que está a ser a adesão? E consideram que a oferta é adequada?

O peso, efectivamente, é reduzido. Consideramos que a cobertura de seguros que existe neste momento é adequada, inclusivamente para os próprios javalis. Mas não podemos pensar que resolvemos o problema dos javalis fazendo seguros. Não é assim que se resolve o problema. Isso é a maneira mais simples. O seguro é uma maneira de mitigar a coisa, não resolve. Em Portugal, não há uma cultura muito arreigada de se fazer seguros de colheita. O que, no nosso entender, é bastante arriscado, face à exiguidade do custo – é um custo residual na conta de cultura – e face ao risco meteorológico, cada vez mais agravado. O Vale do Mondego, em dois ou três anos, teve dois incidentes climáticos gravíssimos, que praticamente destruíram as culturas – nomeadamente a do milho. Isso aconteceu no Mondego, como pode ocorrer no Vale do Tejo, no Vale do Sorraia, no Alqueva. Hoje em dia, a variabilidade dos fenómenos e a intensidade são cada vez maiores. Se quisermos, podemos reduzir a população de javalis. Quanto aos fenómenos meteorológicos, infelizmente, sozinhos não conseguimos resolver as coisas. Tem que ser uma acção bastante mais alargada, a nível mundial. E não sabemos qual será o momento da inversão. Portanto, aí sim, os seguros são a ferramenta ideal para mitigar estes problemas. Cabe aos agricultores tomarem a iniciativa, porque realmente o custo não é elevado. Não só existe uma indemnização directa pelos danos, como – e isso é importante que se diga –, quando é declarada uma situação de catástrofe em determinada região, por um fenómeno qualquer, e o Estado português é chamado a colaborar e a pagar os prejuízos, as medidas de emergência e as linhas de emergência para estas coisas só funcionam quando o agricultor tem seguro. Se o agricultor não tem seguro, o Estado desobriga-se a pagar. E faz todo o sentido. Esta é mais uma razão para que as pessoas, de uma vez por todas, segurem as suas colheitas. Não há razão nenhuma para não o fazerem.

Criaram o InovMilho - Centro de Competências das Culturas do Milho e Sorgo há quase uma década. Que linhas de investigação estão a trabalhar? E quais são as mais promissoras?

A iniciativa do InovMilho, que existe desde 2013, tem como

parceiros a Anpromis, o INIAV e a Câmara Municipal de Co-ruche. O proprietário da exploração é o INIAV e a gestão tri-partida deste projecto tem sido bastante proveitosa. O balanço do InovMilho é extremamente positivo. Esta montra de produção de milho, com diferentes linhas de investigação, tem sido, ao longo de vários anos, um sucesso. Nós tendemos para que esta plataforma seja um ponto de discussão e de análise dos problemas que afectam a produção de milho em Portugal e que, a partir daqui, se possam divulgar trabalhos de investigação que sejam aqui realizados. Conseguimos fazê-lo, por exemplo, através de um protocolo que estabelecemos o ano passado com 15 estabelecimentos do ensino superior, para que este espaço pudesse ser disponibilizado para se avançar aqui com linhas de investigação que interessem ao sector. Evidentemente, tudo o que se faz aqui tem que ter consequências a nível da produção de milho, para que, no final, se possa divulgar esses trabalhos. Não estamos habituados a fazer só uma cerimónia para assinar o protocolo, tirar a fotografia na altura e está tudo feito. Isto tem que ter consequências e a consequência, este ano, foi termos 11 alunos de ensino superior a fazerem os seus trabalhos de curso ou as suas teses de doutoramento no InovMilho, com diversas linhas de investigação. Por exemplo, ao nível de bactérias – a Universidade de Aveiro, em particular, tem uma linha especializada para essa área –, de variedades resistentes à seca, de diferentes modelos de fertilização da cultura, de gestão da

água – há um trabalho do Instituto Superior de Agronomia que compara as dotações de rega dos quatro sistemas que temos aqui (*pivot*, gota-a-gota enterrada, superficial e gravidade). No fundo, pretendemos que estes trabalhos sejam bastante dirigidos para aquilo que nos interessa – que é a melhoria das condições de produção e ganhos de produtividade na cultura –, que estes trabalhos sejam divulgados no fim e que esta tecnologia seja aplicada pelas empresas que trabalham connosco e depois pelos agricultores. Grande parte da inovação em culturas anuais que existem em Portugal neste momento veio através do milho, porque a dimensão da cultura no País e a sua importância é de tal forma grande que há alguma apetência, da parte dos investigadores e das empresas, em investigar e aplicar novas tecnologias nesta cultura, que depois irradiam para outro tipo de culturas. A amplitude que o milho tem em Portugal – é uma cultura de norte a sul do país – permite que os resultados tenham uma aplicabilidade muito mais alargada do que uma cultura que esteja restrita a uma determinada região, a uma determinada dimensão. Muito daquilo que se fez em investigação no sector do milho – nomeadamente, em sistemas de rega, em agricultura de precisão – tem sido aplicado posteriormente nas outras culturas e com muito sucesso. Estamos crenes que esta linha que traçámos aqui vai ter efeitos muito positivos, não só no nosso sector como, de certeza, noutros sectores de produção em Portugal. ●



NA RAIZ DO SEU NEGÓCIO



OS NOSSOS PARCEIROS

ITC
DOSING PUMPS



Visite-nos na Agroglobal de
5 a 7 de Setembro 2023



www.magos.pt
magos@magos.pt